



## MULHERES E QUESTÕES DE GÊNERO NAS CIÊNCIAS SOCIAIS: UMA ANÁLISE DAS MATRIZES CURRICULARES DO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFRPE

AMANDA RAMOS ALVES DOS SANTOS<sup>34</sup>

### RESUMO

A monografia investigou quais espaços são ocupados pelas mulheres autoras e conteúdos relacionados às questões de gênero nas matrizes curriculares do curso de Ciências Sociais da UFRPE. Para tanto, a pesquisa qualitativa que utilizou-se de revisão bibliográfica, análises documentais e entrevistas semiestruturadas revelou que, até a conclusão deste trabalho, as autoras continuavam sendo invisibilizadas e as discussões de gênero ainda não estavam propostas de forma consistente no currículo do curso.

**Palavras-chave:** Gênero. Mulheres. Currículo. Ciências Sociais. UFRPE.

### ABSTRACT

The monograph investigated which spaces are occupied by women authors and content related to gender issues in the curricular matrices of the UFRPE Social Sciences course. Therefore, the qualitative research that used bibliographic review, documentary analysis and semi-structured interviews revealed that, until the conclusion of this work, the authors continued to be invisible and gender discussions were not yet consistently proposed in the curriculum of the course.

**Keywords:** Genre. Women. Curriculum. Social Sciences. UFRPE.

### Introdução

No século XX testemunhamos o fortalecimento dos movimentos das mulheres e, consequentemente, das teorias que objetivavam num primeiro momento ampliar o acesso à universidade por parte desse seguimento populacional. Os resultados são visíveis, no entanto, há que se problematizar como a universidade contribui para as formações dos sujeitos em questão. Assim sendo, e reconhecendo que as dinâmicas que favorecem a reprodução das desigualdades de gênero também se estendem para esta instituição social, vimos que neste ambiente o currículo pode ser considerado um dos principais dispositivos de poder. A partir da análise deste dispositivo é que pretendemos demonstrar a repartição desigual entre o conhecimento produzido por homens e mulheres nas Ciências Sociais, assim propondo uma discussão crítica dentro do campo científico e que permita alargar o debate

<sup>34</sup> Bacharela em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Cursando Especialização em Educação Ambiental e Cultural no Instituto Federal de Pernambuco (IFPE) - Recife. Email: [aamandaramos@gmail.com](mailto:aamandaramos@gmail.com)





interno sobre a diversidade epistemológica do mundo. (SANTOS; NUNES; MENESES, 2004).

Desde este momento introdutório cabe salientar que partimos do pressuposto de que nenhuma ciência é neutra. Além desse, o de que o conhecimento científico que se perpetuou na modernidade foi o homogêneo, compartimentado e, comumente, desconexo com as realidades das diferentes sociedades. (SANTOS, 2011). Essa forma de saber que ganhou o status de único conhecimento válido está situada em um campo de produção hegemônico dentro do sistema global capitalista, ou seja, o do conhecimento produzido por homens da classe dominante, brancos e eurocêntricos. (LOURO, 2010).

Diante disto, traduzimos em problema sociológico, a partir de um diálogo com os estudos do currículo, os pós-coloniais, de gênero e as perspectivas feministas contemporâneas, os motivos que permitem e incentivam de forma sistemática a escassez do contato que temos com as obras de autoria das mulheres e temáticas de gênero durante a formação em Ciências Sociais, fazendo com que este conhecimento esteja situado à margem dentro da Universidade. Nada mais justo que investigar este problema a partir da realidade em que estamos inseridas: a da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

O Bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural de Pernambuco surgiu a partir da extinção da Licenciatura em Estudos Sociais com Habilitação em Educação Moral e Cívica. Assim foi criado em 1990, com ênfase em Sociologia Rural, iniciado no primeiro semestre de 1991 e reconhecido pelo MEC através da Portaria n.º 1169 de 30/11/99. A partir de 2005 o citado curso deixa de ter concentração em Sociologia Rural e passa a incorporar duas áreas de concentração, sendo elas estudos rurais e estudos urbanos.

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) é o documento que rege a graduação e nele estão contidos os objetivos gerais do curso, suas peculiaridades, o perfil do profissional que se pretende formar, os conteúdos e estruturas curriculares, a composição das atividades complementares e de estágio, os recursos materiais e humanos mobilizados pelo curso etc. O Bacharelado em Ciências Sociais da UFRPE já foi organizado a partir de três diferentes PPCs, sendo o primeiro quando do surgimento do curso, o segundo vigorando entre os anos de 2007-2012 e o terceiro, da atualidade, vigente desde o final de 2012.

As inquietações pessoais que originaram esta pesquisa tiveram início em sala de aula, enquanto discente do curso de Ciências Sociais da UFRPE, nas observações em relação ao ínfimo acesso que temos aos trabalhos das autoras, bem como a conteúdos que possuem como recorte as questões de gênero, durante a graduação. Estas observações puderam ser constatadas de forma parcial durante a experiência adquirida no período de um ano enquanto Bolsista de Iniciação Científica (PIBIC CNPq/UFRPE) no projeto “As Ciências Sociais da UFRPE”.





Ainda como inquietações, as discussões de gênero nos acompanham nas vivências dos feminismos dentro das experiências coletivas, e também no período enquanto estive Bolsista de Extensão (BEXT UFRPE) no projeto “UFRPE dialoga com o Movimento ElesPorElas”, coordenado pela professora Alessandra Sisnando. Este projeto, que está em andamento, visa promover espaços de debates para que seja incorporada em nossos cotidianos a perspectiva de gênero e de igualdade entre homens e mulheres, nos fortalecendo contra os abusos de poder inerentes ao sexismo.

Importante destacar que a categoria “gênero” é aqui compreendida como construção social de acordo com a perspectiva histórica trazida por Scott (1995), sendo gênero uma categoria política, fluida, ligada às diferentes culturas, aos papéis sociais atribuídos aos sexos e às relações de poder.

Diante do exposto, o presente estudo se justifica por estes vieses de interesse pelo tema, de forma a problematizar sociologicamente quais os espaços que foram e são ocupados pelas mulheres autoras e conteúdos relacionados às questões de gênero nas matrizes curriculares do curso de Ciências Sociais da UFRPE. Assim, houve necessidade de verificarmos nas ementas das disciplinas presentes nas matrizes curriculares desde o início do curso de que forma seus conteúdos correspondem à inclusão das questões de gênero. Também buscamos sistematizar os programas de todas as disciplinas obrigatórias presentes nos segundo e terceiro PPCs relacionando-os ao grau de representatividade de autoras mulheres nas bibliografias básicas. E, por último, identificamos por meio de entrevistas quais as percepções de docentes que já ministraram as disciplinas que contemplam a inclusão das questões de gênero e de discentes que já as cursaram.

Inicialmente partimos da suposição que os espaços ocupados pelas mulheres autoras e conteúdos relacionados às questões de gênero nas matrizes curriculares do curso de Ciências Sociais da UFRPE são reduzidos, assim propiciando a reprodução das desigualdades de gênero no ambiente acadêmico, bem como sugerindo uma hierarquização entre os conhecimentos produzidos pelos homens e pelas mulheres nas Ciências Sociais.

Quanto à metodologia, nos utilizamos da abordagem qualitativa com estudo de caso, caracterizando-se por buscar maior profundidade de dados que abarquem a complexidade do todo estudado, e fizemos uso de técnicas de coletas de dados tradicionais de pesquisa. As técnicas de coleta de dados utilizadas foram entrevistas e análises documentais. Sendo a investigação conduzida por quem é parte integrante do estudo da pesquisa, vivenciamos pontos positivos e negativos. Favoravelmente, possibilitou maior acesso aos dados e pessoas; no entanto, é possível não termos visualizado informações que só um outsider veria.

As entrevistas foram semiestruturadas, mediante um roteiro básico e algumas questões





foram incluídas a depender da situação de entrevista. As/os interlocutoras/es da pesquisa foram previamente esclarecidas/os sobre o estudo e possuíram garantia de preservação de suas identidades através do anonimato ou até mesmo sigilo no uso dos dados. Os nomes fictícios que utilizamos neste trabalho foram escolhidos através de referências às/aos pesquisadoras/es antropólogas, sociólogas/os, cientistas políticos e/ou lideranças das resistências das mulheres. Tivemos autorização para gravação em áudio, garantindo assim a fidedignidade do registro, e fizemos anotações em diário de campo de conversas informais, bem como de percepções da entrevistadora. Apenas uma das entrevistas foi realizada via correio eletrônico, devido à dificuldade de uma das docentes em encontrar disponibilidade na agenda dentro do prazo que tínhamos para execução das entrevistas.

Cabe salientar que só recentemente (2016) esta graduação desta universidade tem sido objeto de estudos, portanto ainda não existe uma diversidade de materiais para referências e este trabalho vem a contribuir com a ampliação do olhar crítico para dentro. Ademais, esta pesquisa buscou contribuir com a sociedade, sobretudo com a instituição social universidade, através das investigações cujos resultados podem colaborar para a maior inclusão de um grupo historicamente invisibilizado na produção de conhecimentos científicos.

No primeira parte do texto, intitulada de “Um diálogo emancipador sobre a pluralidade interna da ciência”, apresentamos uma discussão sobre como a união entre estudos de gênero, feministas, pós-coloniais e estudos dos currículos podem provocar um diálogo emancipador no interior da universidade e na relação desta com a sociedade, bem como fundamentamos como se dá a perspectiva teórica do nosso olhar na presente pesquisa. Na segunda parte, “O curso de Ciências Sociais da UFRPE”, fazemos um breve histórico do curso e investigamos nas ementas das disciplinas presentes nas matrizes curriculares desde o seu início de que forma seus conteúdos correspondem à inclusão das questões de gênero. Fazemos também um recorte nos programas das disciplinas obrigatórias relacionando-os ao grau de representatividade de autoras mulheres nas bibliografias básicas. Por último, em “Experiências que se traduzem em realidades: sujeitos do curso de Ciências Sociais da UFRPE e a inclusão de gênero” apresentamos e analisamos as percepções de docentes que já ministraram as disciplinas que contemplam a inclusão das questões de gênero e de discentes que já as cursaram

### **Estudos de gênero, feministas e estudos pós-coloniais**

Quando nos referimos às mulheres, importante destacar a pluralização que foge ao homogêneo. Essa homogeneização também não se nota nas interpretações e estudos acerca da-





quela categoria e relacionando-se com eles, a partir da segunda metade do século XX vão surgindo novas histórias que incluem as mulheres através das historiografias feministas. Ainda nas décadas finais daquele século surge uma nova categoria que revolucionaria os estudos sobre a mulher e feministas de então, incluindo este grupo social, mas indo além e abarcando outras questões: a categoria de gênero.

Atualmente podemos encontrar grande quantidade de trabalhos científicos que lidam com os estudos de gênero e este tópico não tem a pretensão de exaurir o tema, e sim circunscrevê-lo ao que mais importa para a presente investigação. Ademais, concordamos com a filósofa estadunidense Donna Haraway (2004) quando diz que

*[...] Apesar de importantes diferenças, todos os significados modernos de gênero se enraízam na observação de Simone de Beauvoir de que “não se nasce mulher” e nas condições sociais [...] que possibilitaram a construção das mulheres como um coletivo histórico, sujeito-em-processo. Gênero é um conceito desenvolvido para contestar a naturalização da diferença sexual em múltiplas arenas de luta. (HARAWAY, 2004, p. 211)*

Portanto, gênero é uma categoria política, fluida, ligada às diferentes culturas, aos papéis sociais atribuídos aos sexos, às relações de poder e também ao saber. Nesse sentido de gênero como sistema simbólico e político, cabe complexificar nesta pesquisa a relação que a categoria pode estabelecer com os estudos pós-coloniais, buscando compreender as configurações sociais que permitem e incentivam as desigualdades.

Os estudos pós-coloniais também surgem nas últimas décadas do século XX, a partir da visibilidade de investigações das/os pesquisadoras/es originárias/os de países da África e Ásia, reivindicando que suas vozes e discursos próprios fossem incluídos no conhecimento científico, e não somente como populações representadas na história pela visão dos colonizadores. Assim como nos estudos de gênero, nos estudos pós-coloniais não existem interpretações únicas ou engessadas, como aponta o sociólogo brasileiro Sérgio Costa (2006):

*Os estudos pós-coloniais não constituem propriamente uma matriz teórica única. Trata-se de uma variedade de contribuições com orientações distintas, mas que apresentam como característica comum o esforço de esboçar, pelo método da desconstrução dos essencialismos, uma referência epistemológica crítica às concepções dominantes de modernidade. (COSTA, 2006, p. 117).*

Ademais, Santos (2003) nos fala em duas principais linhas de interpretações nos estudos pós-coloniais:





*[...] A primeira é a de um período histórico, aquela que se sucede à independência das colônias, e a segunda é a de um conjunto de práticas e discursos que desconstruem a narrativa colonial escrita pelo colonizador e procuram substituí-la por narrativas escritas do ponto de vista do colonizado. Na primeira acepção o pós-colonialismo traduz-se num conjunto de análises econômicas, sociológicas e políticas sobre a construção dos novos Estados, sua base social, sua institucionalidade e sua inserção no sistema mundial, as rupturas e continuidades com o sistema colonial, as relações com a ex-potência colonial e a questão do neocolonialismo, as alianças regionais etc. Na segunda acepção, insere-se nos estudos culturais, linguísticos e literários e usa privilegiadamente a exegese textual e as práticas performativas para analisar os sistemas de representação e os processos identitários. (SANTOS, 2003, p. 26).*

Diante do exposto, podemos delinear o diálogo com os estudos de gênero e feministas, no sentido de representação de grupos historicamente excluídos e de escrever novas histórias plurais que procurem dar conta também dos pontos de vistas das populações que foram marginalizadas no processo de colonização. Um segundo diálogo dos estudos pós-coloniais com a perspectiva de gênero aqui trabalhada, são no sentido de problematizar os binarismos e as polaridades identitárias, compreendidos como bases do pensamento moderno, trazendo à tona as pluralidades de experiências. Assim, procuraremos nos situar nesta pesquisa com a segunda principal linha de interpretação dos estudos pós-coloniais.

Caminhando por essa visão feminista e pós-colonial, a antropóloga e socióloga nigeriana OyèrónkéOyěwùmí (2004) aborda, além da discussão sobre gênero, a importância da visibilização das diferenças de condições étnicas, culturais e socioeconômicas incluindo o sentido de produção de diferentes saberes. Para Oyěwùmí, os conceitos tidos como universais sobre gênero, não se aplicam a realidade de África e a tantas outras:

*[...] Análises e interpretação de África devem começar a partir de África. Significados e interpretações devem derivar da organização social e das relações sociais, prestando muita atenção aos contextos culturais e locais específicos. (OYĚWÙMÍ, 2004, p. 9).*

Assim sendo, concordamos com Oyěwùmí que gênero, assim como outros, não é um conceito universal e que, para ser compreendido, precisa estar atrelado a diferentes sistemas de hierarquias. Nesse sentido, com o auxílio das teorias pós-coloniais, a construção do conhecimento deve ser contextual para não ser excludente e é por esse caminho de discussão que seguiremos no tópico seguinte.





## Pluralidade interna da ciência x modelo hegemônico de ciência

Essencial para atingirmos os objetivos desta pesquisa, nesta seção faremos uma breve discussão sobre como os saberes - que, como vimos, se relacionam com o conceito de gênero - também estão imersos na lógica cognitiva colonial. Mas antes disso, importante compreender o conceito de saber.

O conceito de saber é utilizado de inúmeras formas em diferentes contextos, geralmente associado ao significado de conhecimento. Existe diferentes saberes, todos de naturezas distintas, aplicáveis e construídos constantemente, portanto estão sempre em movimento de mudança. No entanto, com a modernidade testemunhamos o processo de hierarquização dos saberes, onde o saber científico, ou seja, aquele que é produzido a partir da investigação científica, ocupa um lugar de destaque em relação a todos os outros. E nas relações de alteridade, na ciência moderna, o outro ocupa um lugar inferior.

Nas décadas finais do século XX surgem correntes teóricas que vão criticar o modelo hegemônico de ciência, propondo uma mudança paradigmática na forma de produção do conhecimento científico. Desse modo, Santos, Nunes e Meneses (2004) falam em duas principais vertentes que estão discutindo a pluralidade epistemológica do mundo:

*[...] uma, que poderíamos designar por «interna», questiona o carácter monolítico do cânone epistemológico e interroga-se sobre a relevância epistemológica, sociológica e política da diversidade interna das práticas científicas, dos diferentes modos de fazer ciência, da pluralidade interna da ciência; a outra vertente interroga-se sobre o exclusivismo epistemológico da ciência e centrais nas relações entre a ciência e outros conhecimentos, no que podemos designar por pluralidade externa da ciência. (Ibidem, p. 31).*

Perante o exposto, a presente pesquisa está inserida no propósito de discussão sobre a pluralidade interna da ciência. Não há como negar que os feminismos entraram nas universidades fazendo com que crescessem cada vez mais os estudos feministas e de gênero. Assim os sujeitos desses estudos passaram a ser visibilizados, e não apenas aqueles que são inseridos na falácia do “universal”, ou seja, determinados sujeitos sociais, generificados, sexuais e étnicos das elites dos diversos setores sociais. As pessoas que estão produzindo conhecimentos e foram excluídas do cânone da ciência moderna estão lutando por suas visibilizações por depreender que mudar o futuro está ligado a rever o passado e, nesse sentido, deslegitimar a dominação epistemológica que foi instaurada. Estes estudos estão transformando a ciência, mas para a transformação ser realmente potente, precisa estar atrelada a outras questões como, por exemplo, a discussão sobre currículos nas gradua-





ções, que é o que veremos no item a seguir.

### **Currículos como dispositivos de saber-poder**

Partimos do pressuposto que, assim como nas ciências, não existe neutralidade no currículo e, portanto, buscamos investigar os processos de construção nos contextos de elaborações de matrizes curriculares do curso de Bacharelado em Ciências Sociais da UFRPE. Para isso, inicialmente buscamos a contribuição do educador brasileiro Tomaz Tadeu da Silva (2013), que organiza um mapa sobre as principais perspectivas sobre currículo desde o início dos estudos que têm essa finalidade até chegar às teorias pós-críticas atuais. Assim aponta que estas últimas teorias compreendem o currículo como um dispositivo de saber-poder situado nos campos éticos e morais, questionando quais são os conhecimentos que estão corporificados nesse instrumento. Para ele, os estudos pós-coloniais são

*[...] importante elemento no questionamento e na crítica dos currículos centrados no chamado “cânon ocidental” das “grandes” obras literárias e artísticas. A teoria pós-colonial, juntamente com o feminismo e as teorizações críticas baseadas em outros movimentos sociais, como o movimento negro, reivindica a inclusão das formas culturais que refletem a experiência de grupos cujas identidades culturais e sociais são marginalizadas pela identidade europeia dominante (SILVA, 2013, p. 126).*

Dialogando com os diversos estudos de Silva, a também educadora brasileira Guacira Lopes Louro (2010) observa que os processos de seleções que operam as construções de currículos e o privilegiar alguns tipos de conhecimentos em detrimento de outros revela as divisões sociais e legitima uns, invisibilizando outros. Além disso, ela atenta para outras questões institucionais e práticas educacionais:

*Currículos, normas, procedimentos de ensino, teorias, linguagem, materiais didáticos, processos de avaliação são, seguramente, loci das diferenças de gênero, sexualidade, etnia, classe – são constituídos por essas distinções e, ao mesmo tempo, seus produtores. Todas essas dimensões precisam, pois, ser colocadas em questão. É indispensável questionar não apenas o que ensinamos, mas o modo como ensinamos e que sentidos nossos/as alunos/as dão ao que aprendem. Atrevidamente é preciso, também, problematizar as teorias que orientam nosso trabalho (incluindo, aqui, até mesmo aquelas teorias consideradas “críticas”). Temos de estar atentas/os, sobretudo, para nossa linguagem, procurando perceber o sexismo, o racismo e o etnocentrismo que ela frequentemente carrega e institui. (LOURO, 2010, p. 64).*





Já a antropóloga, socióloga e educadora brasileira Nilma Lino Gomes (2012) vai além na discussão sobre a descolonização do currículo e traz algumas questões que nos auxiliarão como caminhos de reflexão:

*Quanto mais se amplia o direito à educação, quanto mais se universaliza a educação básica e se democratiza o acesso ao ensino superior, mais entram para o espaço escolar sujeitos antes invisibilizados ou desconsiderados como sujeitos de conhecimento. Eles chegam com os seus conhecimentos, demandas políticas, valores, corporeidade, condições de vida, sofrimentos e vitórias. Questionam nossos currículos colonizados e colonizadores e exigem propostas emancipatórias. Quais são as respostas epistemológicas do campo da educação a esse movimento? Será que elas são tão fortes como a dura realidade dos sujeitos que as demandam? Ou são fracas, burocráticas e com os olhos fixos na relação entre conhecimento e os índices internacionais de desempenho escolar? (GOMES, 2012, p. 99).*

Gomes ainda destaca mais adiante que a descolonização do currículo não é algo simples:

*[...] implica conflito, confronto, negociações e produz algo novo. Ela se insere em outros processos de descolonização maiores e mais profundos, ou seja, do poder e do saber. Estamos diante de confrontos entre distintas experiências históricas, econômicas e visões de mundo. (Ibidem, p. 107).*

Conscientes que estamos das identificações e desses confrontos, neste trabalho buscamos historicizar e caracterizar os currículos do curso de Ciências Sociais da UFRPE de modo a desnaturalizar as invisibilizações que se mostram nestes documentos oficiais e refletem a lógica colonial.

### **O curso de Ciências Sociais da UFRPE**

Ainda hoje a Universidade é o espaço por excelência de produção do saber científico e, na modernidade, ela se caracterizou como uma instituição elitista e excludente tanto dos outros tipos de saberes, quanto de práticas e sujeitos. Assim sendo, dentro da instituição geralmente se configura uma forma hierárquica de organização dos saberes, bem como das multiplicidades das teorias das ciências. Em se tratando deste trabalho, o foco está na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), especificamente no curso de Bacharelado em Ciências Sociais, e, assim sendo, cabe historicizá-los.

A Universidade Federal Rural de Pernambuco surgiu do interesse dos monges beneditinos,





de origem alemã, em investir na educação superior voltada ao campo. A pedra fundamental das Escolas Superiores de Agricultura e Medicina Veterinária São Bento, futura UFRPE<sup>35</sup>, foi lançada no dia 3 de novembro de 1912. Conquista maior espaço na atualidade após o início das licenciaturas, na época da ditadura militar, que tinham por objetivo fortalecer a formação nas Ciências Agrárias. Um desses cursos criados nos anos 1970 foi o de Licenciatura em Estudos Sociais com Habilitação em Educação Moral e Cívica, que foi extinto gradualmente quando foram instaladas outras graduações, entre elas o Bacharelado em Ciências Sociais, na época com ênfase em Sociologia Rural. (LEÃO, 2013).

A graduação em Ciências Sociais foi concebida no âmbito do Departamento de Letras e Ciências Humanas (DLCH), juntamente com a Licenciatura em História e o Bacharelado em Ciências Econômicas - ênfase em Economia Rural. Só em agosto de 2010 foi criado o Departamento de Ciências Sociais (DECISO), fornecendo subsídios e possibilitando melhoria da estrutura do curso como um todo. Apesar disso, por conta da estrutura organizacional da UFRPE<sup>36</sup>, ainda hoje o curso não é subordinado ao Departamento, e sim a Pró-reitoria de Ensino de Graduação (PREG). O DECISO<sup>37</sup> tem direção e substituto eventual e o Bacharelado em Ciências Sociais tem coordenação e vice, que geralmente direção e coordenação caminham lado a lado.

O Bacharelado em Ciências Sociais da UFRPE foi criado em 1990 com ênfase em Sociologia Rural, iniciado no primeiro semestre de 1991 e reconhecido pelo MEC através da Portaria n.º 1169 de 30/11/99. Entre outras justificativas para sua criação, a formação de pesquisadores e técnicos em Sociologia Rural naquele momento era demandada pela “SUDENE, Banco do Nordeste, EMBRAPA, BANDEPE, EMATERs, Banco do Brasil, BANERJ, além de várias empresas privadas, comprometidas com a implantação do desenvolvimento rural.” (Projeto do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais - Sociologia Rural, 1990).

Diante do exposto, buscamos nortear as próximas seções de forma a refletir sobre as matrizes curriculares apresentando as mudanças que foram realizadas ao longo da história do curso; quais os perfis profissionais que se espera formar ao término da graduação; quais as disciplinas que se propõem nas ementas em abordar a discussão de gênero e de que forma estes conteúdos correspondem à inclusão dessas questões para, desse modo, nos aproximarmos cada vez mais dos espaços ocupados pelos conteúdos relacionados às questões de gênero e pelas mulheres autoras nas matrizes curriculares do curso de Ciências Sociais da UFRPE.

35 Passa a ter a denominação de Universidade Federal Rural de Pernambuco em 1967, através do Decreto n° 60.731, de 19 de maio, integrando-se ao Sistema do Ministério da Educação e Cultura.

36 Composta por: Reitoria; Pró-Reitorias de Administração (PROAD), de Ensino de Graduação (PREG), Planejamento (Proplan), Atividades de Extensão (PRAE), Gestão Estudantil (Progest) e Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG); Departamentos Acadêmicos; além de órgãos de apoio, de assessoria, de administração geral e específica.

37 Atualmente é composto por cinco áreas: Antropologia, Ciências Políticas, Sociologia, Filosofia e Ciências Jurídicas.





## As matrizes curriculares e a inclusão de gênero

Inicialmente as/os estudantes poderiam optar pela formação em Bacharelado ou em Bacharelado com Licenciatura, sendo que, optando por esta última, a/o discente deveria acrescentar ao seu currículo e cursar as disciplinas pedagógicas específicas, assim recebendo também o grau de licenciada/o. A/O licenciada/o em Ciências Sociais com ênfase em Sociologia Rural tornava-se habilitada/o a lecionar as disciplinas “Organização Social e Política do Brasil” no 1º e 2º graus e “Sociologia”, “Elementos de Economia” ou “Geografia Humana” no 2º Grau, conforme legislação em vigor na época<sup>38</sup>. As aulas aconteciam somente no turno da noite e eram oferecidas 60 vagas para novos estudantes, com duas entradas anuais, e duração de nove semestres. A carga horária de 2.490 horas integralizava o curso, sendo preciso estudar 34 disciplinas obrigatórias e duas optativas.

Na análise das disciplinas que compõem a matriz curricular do primeiro Projeto Pedagógico do Curso pudemos observar que ocorre maior espaço do que nos seguintes para a formação na área de economia e exatas<sup>39</sup>. Assim sendo, a tamanha importância desta área na primeira matriz curricular contribuiu para a formação de profissionais com perfil mais técnico, procurando atender as demandas do mercado e condizente com a justificativa inicial da criação do curso. Importante destacar que a referida graduação foi gestada em pleno período de Ditadura Militar, o que pode ter contribuído para o peso menor das disciplinas que auxiliam na formação do pensamento crítico acerca da realidade em que estamos inseridas/os. Consoante o disposto, não observamos nesta primeira matriz nenhuma disciplina que de alguma forma se relacionasse com a discussão de gênero ou especificamente das mulheres.

O Segundo Projeto Pedagógico do Curso entrou em vigência em agosto de 2007, no entanto, a matriz curricular que o acompanha em sua fundamentação foi proposta e aprovada entre os anos de 2004 e 2005, antes mesmo do PPC estar pronto. Isso ocorreu devido à urgência em implantar uma nova matriz curricular, já que a segunda que havia sido proposta (do reconhecimento do curso) não se efetivou devido a questões administrativas internas.

A segunda matriz curricular proposta para o curso ampliava a ênfase no rural e foi concebida no âmbito de uma comissão instituída para este fim e formada através do Colegiado de Coordenação Didática (CCD), no ano de 1996. Ela foi aprovada nas diversas instâncias da

38 Inciso V da Portaria nº 399 do MEC, de 28 de junho de 1989.

39 Encontravam-se entre as disciplinas obrigatórias: Matemática (60h), Elementos de Estatística (60h), Introdução a Economia (60h), Economia Rural I (60h), Economia Rural II (60h) e Desenvolvimento Econômico (60h). Além destas, o termo “economia” aparece de forma direta em ementas de mais seis disciplinas obrigatórias: “Estudo de Problemas Brasileiros II” (30h), “Planejamento Econômico e Social” (45h), “Geografia Econômica do Nordeste” (45h), “História Econômica Social Política Geral” (45h), “História Econômica Social Política do Brasil” (45h) e “Sociologia do Desenvolvimento” (60h).





Universidade entre os anos de 1997 e 1998, no entanto, em dezembro de 1998, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) da UFRPE resolve suspendê-la utilizando o seguinte argumento: “a reformulação curricular aprovada comprometeria a avaliação a qual o curso será submetido pela Comissão de Especialistas do MEC que virá à UFRPE averiguar as condições de oferta do mencionado curso” (Projeto do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais, 2007). Com essa matriz de 1996 o curso (ainda com ênfase em Sociologia Rural) obteve aprovação do MEC e o seu reconhecimento, em novembro de 1999. Porém, como vimos, a segunda matriz curricular não foi realmente implementada.

Com a nova matriz, ou seja, a terceira proposta para a graduação e implantada em 2006.1, o curso passa a ser denominado “Bacharelado em Ciências Sociais”. Esta matriz contava com trinta e nove disciplinas e ampliou a formação nos três eixos básicos do curso: Sociologia, Antropologia e Ciência Política. Totalizava carga horária de 2.835h e contemplava duas áreas de concentração, a saber, “estudos rurais” e “estudos urbanos”. Para tanto, foi dividida em conteúdos obrigatórios de formação específica, obrigatórios de formação complementar e os de formação livre.

Neste segundo PPC não se tem mais a dupla habilitação em Bacharelado e Licenciatura. Isso ocorreu mediante mudanças do MEC nas diretrizes curriculares no intuito de fortalecer cada formação separadamente, fazendo com que fossem plenas, como cursos diferentes. Porém, no nosso curso, a decisão na época foi a de permanecer com o Bacharelado e abdicar momentaneamente da Licenciatura.

Observa-se um conjunto interessante de disciplinas instrumentais e metodológicas para pesquisas<sup>40</sup>, levando-nos a concluir que, de acordo com os conteúdos que foram abordados, as disciplinas inseridas neste segundo PPC enfatizam a formação profissional da/o cientista social em diferentes pesquisas, bem como caminham para o fortalecimento das/os que querem seguir a carreira acadêmica.

Em relação às disciplinas que correspondem à inclusão de gênero, encontramos quatro componentes que compõem a formação específica e a formação livre do curso. Na formação específica, podemos elencar as seguintes disciplinas, todas com carga horária de 60h cada: “Teorias Antropológicas Clássicas”, “Teorias Antropológicas Contemporâneas” e “Sociologia do Trabalho e dos Recursos Humanos”. Já na formação livre encontramos apenas a disciplina “Sociologia da Vida Cotidiana”, com carga horária de 60h. Dois dos componentes são do eixo de competência da Sociologia e outros dois da Antropologia.

O componente “Teorias Antropológicas Clássicas” trazia discussão sobre temas clássicos,

<sup>40</sup> Continuam as antigas “Matemática” (60h), “Elementos de Estatística” (60h), “Seminário de Pesquisa” (60h) e são inseridas “Metodologia das Ciências Sociais” (60h), “Métodos e Técnicas de Pesquisa Social I” (60h), “Métodos e Técnicas de Pesquisa Social II” (60h) e “Etnografia” (60h).





como família e parentesco, casamento, incesto, sexualidade, tendo como fundo as principais teorias antropológicas clássicas. Na sua dimensão contemporânea, a disciplina Teorias Antropológicas prevê os recortes temáticos citados na dimensão clássica, mas dessa vez trazendo as tendências teóricas da contemporaneidade. A “Sociologia do Trabalho e dos Recursos Humanos” era componente do quinto semestre da graduação e abordava a discussão sobre divisão sexual do trabalho no contexto do capitalismo contemporâneo. Por último, a optativa “Sociologia da Vida Cotidiana” tinha o objetivo de aprofundar a discussão e o conhecimento da vida cotidiana no Brasil, apresentando como um dos temas o “Cidadania, mulher”.

Partindo para a matriz curricular vigente atualmente no curso, colocada em prática no ano de 2013, visualizamos que ela está estruturada em dois ciclos: o geral (do 1º ao 4º período) e o profissional (a partir do 5º período). No ciclo geral estão enfatizadas as áreas que compõem o curso (Antropologia, Ciência Política e Sociologia) e no ciclo profissional as práticas de pesquisas sociais. Ainda nessa estruturação, assim como na matriz do segundo PPC, podemos distinguir três tipos de formação, a saber: formação específica, compreendendo as disciplinas obrigatórias dos eixos básicos do curso (Antropologia, Ciência Política e Sociologia); a formação complementar, que são as disciplinas obrigatórias de domínio conexo, como as de filosofia, meio ambiente, história etc; e a formação livre, que abarca desde as disciplinas optativas até as atividades de estágio e complementares de ensino, pesquisa e extensão.

Hoje, na formação de bacharel em Ciências Sociais na UFRPE, há que cursar o mínimo de 29 disciplinas obrigatórias de 60h cada, outras duas obrigatórias (Trabalho de Conclusão de Curso I e Trabalho de Conclusão de Curso II) de 90h cada, seis disciplinas optativas de 60h cada e mais as atividades complementares, totalizando a carga horária de 2.520 horas para integralização do curso. As turmas passam a ser diurnas e noturnas, ainda com duas entradas anuais, sendo oferecidas 80 vagas por ano para novos estudantes e o curso passa a ter duração de oito semestres. O objetivo é que a/o cientista social formada/o seja qualificada/o para atuar em pesquisas nos três eixos de competências do curso. (UFRPE, 2012).

A formação específica é ofertada durante todos os períodos acadêmicos da graduação e compreende a maior parte da carga horária do curso. Ela propõe ser a espinha dorsal do curso e trazer temáticas fundantes das três áreas das Ciências Sociais. Desse modo, a atual matriz aprofunda o que começou a ser proposto na anterior, ou seja, um alargamento do conhecimento nos três eixos básicos da graduação.

Um destaque na formação complementar deste terceiro PPC foi a entrada de outras disci-





plinas da área de Filosofia<sup>41</sup> no lugar de algumas das disciplinas instrumentais e metodológicas. Dessa forma, o atual PPC promove uma forte base filosófica para o curso de Ciências Sociais.

Já a formação livre abarca atividades escolhidas pelas/os discentes e que possam contribuir para as suas formações em diferentes campos do conhecimento. Aqui estão incluídas as disciplinas optativas e as diversas atividades complementares de ensino, pesquisa, extensão, monitoria, iniciação científica e participação em eventos científicos desde que referendadas pelo Colegiado de Coordenação Didática (CCD) do curso. Para integralizar a graduação do Bacharelado em Ciências Sociais na UFRPE, a/o aluna/o deve cumprir no mínimo 360 horas de conteúdos optativos e 240 horas de estágio e/ou atividades complementares. O curso de Ciências Sociais da UFRPE conta atualmente com um leque de 34 disciplinas optativas oferecidas por docentes do DECISO ou de outros departamentos. No entanto, a cada semestre apenas algumas destas disciplinas - em torno de sete - são ofertadas.

Comparada às anteriores, a matriz curricular vigente apresenta inserção de disciplinas que demonstram o aumento da sensibilidade em relação à inclusão das questões de gênero. Assim, pudemos identificar disciplinas que categorizamos em dois grandes grupos: um primeiro, onde estão inclusas disciplinas que apresentam em suas ementas as palavras “gênero” ou “mulher”, e um segundo, onde observamos, a partir de informações das ementas e programas, que possivelmente poderão apresentar discussões sobre gênero.

Na organização curricular, os sete componentes mapeados compõem a formação específica e a formação livre do curso. Na formação específica, podemos elencar os seguintes componentes, todos com carga horária de 60h cada: “Introdução à Sociologia”, “Teorias Antropológicas Clássicas”, “Teorias Antropológicas Contemporâneas” e “Família e Parentesco”. Importante lembrar que a formação específica é composta pelas disciplinas obrigatórias, estando estas quatro mapeadas representando apenas 12,9% do total. Já na formação livre encontramos três componentes optativos com carga horária de 60h cada: “História do Pensamento Político Ocidental”, “Antropologia do Corpo e da Saúde” e “Gênero, Trabalho e Diversidade”. Cabe ressaltar que nem sempre essas disciplinas são ofertadas às/aos discentes, variando de semestre para semestre. Na visão geral das 34 disciplinas optativas apresentadas por esta matriz curricular, as que de alguma forma dialogam com as questões de gênero representam apenas 11,3% aproximadamente.

No primeiro grupo que categorizamos, que abordam diretamente as questões de gênero, estão as disciplinas “Introdução à Sociologia”, “História do Pensamento Político Ociden-

<sup>41</sup> Foram incluídas neste PPC “Lógica e Argumentação” (60h) e “Epistemologia das Ciências Sociais” (60h), Ética Profissional passou a denominar-se simplesmente “Ética” (60h) e “Fundamentos da Filosofia” (60h) continuou como obrigatória.





tal”, “Antropologia do Corpo e da Saúde” e “Gênero, Trabalho e Diversidade”, sendo duas delas do eixo de competência da Sociologia, uma da Antropologia e uma da Ciência Política. Já no segundo grupo estão as disciplinas que visualizamos nas ementas temas que possivelmente podem se relacionar com gênero, a saber: família, parentesco, casamento, sexualidade. Neste segundo grupo estão as disciplinas “Teorias Antropológicas Clássicas”, “Teorias Antropológicas Contemporâneas” e “Família e Parentesco”, todas da grande área da Antropologia.

Constatamos que na atual matriz curricular a maior parte dos componentes que abordam discussão sobre gênero estão concentrados no eixo de competência da Antropologia. Historicamente a junção entre estudos feministas e Antropologia produz resultados riquíssimos e inclusivos de gênero. Para a antropóloga britânica Strathern(2006), o saber feminista se apresenta como produzido a partir das experiências vivenciadas e na Antropologia começa a ser experimentado como uma abordagem na década de 1970, assim gerando um relacionamento híbrido de épocas:

*O pensamento feminista [...] tem uma estrutura pós-moderna. As dicotomias perspectivistas de tipo nós/eles, de grande parte da antropologia contemporânea, pertencem a uma época moderna. Esse reconhecimento de seu modernismo pode ter-se tornado possível somente através dos experimentos correntes de escrita pós-moderna entre os próprios antropólogos, mas o campo multidisciplinar e multivocal da conversação feminista antecipou de muito tal experimentação. (STRATHERN, 2006, p. 74-75).*

Por conseguinte, na contemporaneidade uma análise pormenorizada de temas como família, parentesco, casamento, sexualidade pedem que se leve em consideração conceitos relacionados a gênero. Para Birolli (2014), a família, por exemplo, é uma construção social vivenciada por nós e que na modernidade tem relação direta com as desigualdades de gênero, relações de trabalho e modos de produção.

Entendemos que, por encontrarmos apenas onze disciplinas relacionadas à inclusão de gênero nestes 27 anos de história do curso, essas questões ainda não são visibilizadas e discutidas de forma consistente nas Ciências Sociais da UFRPE. Dos 112 componentes existentes nas três matrizes curriculares do curso, apenas 11 correspondem de alguma forma à discussão de gênero, representando aproximadamente 10% do total. Apesar do aumento de ofertas de disciplinas inclusivas no último PPC, os dados aqui levantados continuam mostrando que as discussões de gênero ainda estão desprivilegiadas no currículo em detrimento de outras. No próximo tópico observaremos o problema através de outro ponto, que é o da presença de autoras mulheres nas bibliografias básicas das disciplinas do curso.





## Autoras mulheres nos programas das disciplinas

Na presente pesquisa também buscamos investigar o grau de representatividade das autoras mulheres nas bibliografias básicas das disciplinas desde o início do curso. Com essa finalidade, sistematizamos os programas das disciplinas obrigatórias presentes nas matrizes curriculares, com exceção das que eram componentes da primeira matriz. Isso se deu devido à impossibilidade de encontrarmos os dados referentes às bibliografias básicas das disciplinas que compuseram a primeira matriz, já que no PPC desta época localizamos apenas o ementário e informações mais básicas. Ademais, visto que nem sempre os mesmos componentes optativos são ofertados, inclusive ficando indisponíveis durante anos, optamos por não analisar as bibliografias da formação livre. Assim sendo, realizamos o levantamento de cinquenta e nove obras de autoria, coautoria ou organizadas por mulheres na segunda e terceira matrizes que vigoraram no curso de Ciências Sociais da UFRPE e é na análise deste levantamento que iremos nos deter neste tópico.

A matriz curricular que vigorou no curso entre os anos de 2006 e 2012 era composta por 34 disciplinas obrigatórias. Dentre essas disciplinas haviam 290 obras referenciadas como básicas nos programas e somente 11% delas foram escritas, de coautoria ou organizadas por mulheres. O componente com mais referências às obras das mulheres foi o Métodos e Técnicas de Pesquisa Social II<sup>42</sup>, com oito livros listados.

Cabe salientar desde já que na reformulação do PPC para o que está vigente atualmente, só foram incluídas nas bibliografias básicas das disciplinas as obras que encontram-se disponíveis no Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE. No entanto, na atualização do plano de ensino cada vez que as disciplinas são ofertadas, a depender da/o docente, pode ocorrer inclusão de outras obras além daquelas previstas inicialmente.

Como vimos, a atual matriz curricular está organizada a partir de 31 disciplinas obrigatórias que são necessárias para integralização do curso, somadas às disciplinas optativas e atividades complementares. Entre as 157 obras listadas como referências básicas para os estudos, apenas 17% foram escritas, de coautoria ou organizadas por mulheres. Das 26 obras encontradas nas bibliografias, 11 estavam listadas na referência de uma só disciplina - Produção de Textos Acadêmicos I -, que é ofertada pelo Departamento de Letras e Ciências Humanas (DLCH) e constante da grade do primeiro período letivo. Outro destaque foi para a disciplina Métodos Qualitativos de Pesquisa Social<sup>43</sup>, onde só há três obras listadas nas referências básicas e todas elas são de autoria feminina ou organizadas por mulheres.

<sup>42</sup> Componente curricular obrigatório do 6º semestre letivo, com carga horária de 60h.

<sup>43</sup> Componente curricular obrigatório do 5º semestre letivo, com carga horária de 60h. É a primeira disciplina que aparece no currículo com o intuito de preparação para as práticas de pesquisas sociais.





Da forma como está organizado o currículo, pudemos identificar as obras mapeadas em onze componentes que compõem a formação específica e em dois da formação complementar do curso.

Entre os que integram a formação específica<sup>44</sup>, encontramos as autoras Tania Quintaneiro, Maria Lígia O. Barbosa, Márcia Gardênia Monteiro Oliveira, Vera Schattan P. Coelho, Mariza Peirano, Eli Diniz, Evelina Dagnino, Maria José Carneiro, María Verónica Secreto, Regina Landim Bruno, Lúcia Avelar, Maria de Nazareth Baudel Wanderley, Maria Cecília de Souza Minayo, Ruth Cardoso, Teresa Maria Frota Haguette, Marta Arretche, Elizabeth Melo Rico, Eva Maria Lakatos e Marina de Andrade Marconi. O que se sobressai em um primeiro momento é que, com exceção da María Verónica Secreto, que é argentina, todas as outras autoras são brasileiras. Entre as áreas de conhecimento que atuam estão a Sociologia, Ciência Política, Antropologia, História, Serviço Social e Ciências da Saúde, sendo que, em termos de quantidade, as áreas de Ciência Política e Sociologia estão evidenciadas.

Já na formação complementar encontramos dois componentes<sup>45</sup> que apresentam autoras mulheres em suas bibliografias básicas. Aqui listamos as autoras Irandé Antunes, Lucília Helena do Carmo Garcez, Ingedore Grunfeld Villaça Koch, Anna Rachel Machado, Eliane Lousada, Lília Santos Abreu-Tardelli, Maria Marly de Oliveira, Maria Teresa Serafini, Vicentina Ramires e Barbara Freitag. A linguista Koch e a socióloga Freitag, apesar da forte atuação no Brasil, são de origem alemã, e todas as outras autoras são brasileiras. Como a maioria dessas mulheres estão com obras listadas na disciplina Produção de Textos Acadêmicos I, não é de surpreender que a área de conhecimento em maior evidência em suas formações é a Linguística. Segue-se a ela a Educação e, por último, a Sociologia.

Em se tratando das discussões que estas autoras trazem em suas experiências, vale salientar que notamos um ínfimo espaço para o debate sobre gênero ou especificamente sobre as mulheres. Dentro desse recorte podemos destacar as atuações da socióloga e cientista política Tânia Quintaneiro, da antropóloga e socióloga Maria José Carneiro, da linguista Vicentina Ramires e, mais ainda, da cientista política Lúcia Avelar. Apesar dessas atuações na área de gênero, as obras das autoras que estão presentes nas referências básicas das disciplinas do atual currículo do curso de Ciências Sociais da UFRPE não são voltadas para o referido debate. Estão, sim, voltadas para os clássicos da Sociologia, no caso de Quintaneiro; para o debate sobre o campo e os povos tradicionais, em Carneiro; para a produção de resumos e gêneros textuais, em Ramires; e para o sistema político brasileiro como um todo, com Avelar.

44 Disciplinas: Teorias Sociológicas Clássicas, Teorias Políticas Contemporâneas, Etnografia, Teorias do Estado, Pensamento Social Brasileiro, Antropologia das Comunidades Tradicionais, Instituições Políticas Brasileiras, Sociologia Rural, Métodos Qualitativos de Pesquisa Social, Políticas Públicas e Trabalho de Conclusão de Curso II.

45 Disciplinas: Produção de Textos Acadêmicos I e Fundamentos da Filosofia.





O fato de estarmos cientes que mais autoras mulheres e a discussão de gênero podem ser incluídas aos programas das disciplinas à depender da sensibilidade da/o docente, não diminui a nossa preocupação. É imprescindível que o problema da exclusão seja encarado de forma sistemática e que a inclusão das autoras e conteúdos relacionados à gênero se espelhem no documento de identidade do curso, ou seja, no currículo. Desse modo a inclusão não ficaria à mercê dos interesses das/os docentes e da pressão das/os alunas/os.

### **Experiências que se traduzem em realidades: sujeitos do curso de Ciências Sociais da UFRPE e a inclusão de gênero**

Atualmente<sup>46</sup> as/os sujeitos do curso de Bacharelado em Ciências Sociais da UFRPE são o corpo docente formado por 33 professoras/es vinculadas/os ao Departamento de Ciências Sociais (DECISO), estando três delas na ativa desde o surgimento do curso, cinco técnicas/os e 254 discentes. Neste capítulo apresentamos e analisamos as percepções de docentes que já ministraram as disciplinas que contemplam a inclusão das questões de gênero e de discentes que já as cursaram, assim buscando ter diferentes visões de como são percebidas as discussões de gênero no curso de bacharelado em Ciências Sociais da UFRPE.

Para fins desta pesquisa, entrevistamos cinco discentes e cinco docentes da referida graduação. As/os docentes já ministraram as disciplinas de “Introdução a Sociologia”, “Família e Parentesco”, “História do Pensamento Político e Ocidental”, “Gênero, Trabalho e Diversidade” e “Teorias Antropológicas Contemporâneas” da atual matriz curricular e os componentes “Teorias Antropológicas Contemporâneas” e “Sociologia do Trabalho e dos Recursos Humanos” do currículo anterior ao vigente. Quanto às/aos discentes, entrevistamos três que estão em diferentes periodizações, mas que estão cursando neste período ou já concluíram as disciplinas aqui em foco. Entrevistamos também duas estudantes da antiga matriz curricular, o que permite ampliar o leque de experiências e observar as diferentes percepções dos currículos.

Para refletirmos sobre os dados coletados a partir das entrevistas semiestruturadas, nos utilizamos da metodologia da análise de conteúdo, especificamente da técnica de Análise Categorical Temática, que, segundo Bardin (1979), funciona

*[...] por operações de desmembramento do texto em unidades, em categorias segundo reagrupamentos analógicos. Entre as diferentes possibilidades de categorização, a investigação dos temas, ou análise temática, é rápida e eficaz na condição de se aplicar a discursos diretos (significações manifestas) e simples. (BARDIN, 1979, p. 153).*

<sup>46</sup> Dados do primeiros semestre de 2018.





Desse modo, evidenciamos as unidades de texto que se repetiram nas entrevistas quanto aos temas recorrentes. Destas unidades de texto que se repetiram, identificamos cinco categorias, a saber: problemáticas com as ofertas dos componentes optativos; pouca discussão de gênero nas disciplinas obrigatórias; pequeno quantitativo de autoras mulheres nas bibliografias; necessidade de mais professoras mulheres; discriminação em relação à gênero no âmbito da universidade.

Como abordado, na atual matriz curricular mapeamos disciplinas que categorizamos em dois grandes grupos. Identificamos que o primeiro grupo, onde incluímos os componentes que apresentam em suas ementas as palavras “gênero” ou “mulher”, é composto por quatro disciplinas, sendo três delas optativas. No entanto, as disciplinas optativas nem sempre são ofertadas, o que gera uma deficiência ainda maior na discussão de gênero, característica que é relatada em algumas falas, como a de uma discente entrevistada:

*Tem muita cadeira optativa que eu acho que seria fundamental ser obrigatória para construção do cientista social, uma vez que nós estamos aqui para isso, e no básico do básico o cientista social é para pensar a sociedade e refletir sobre melhorias para ela. Como que a gente tenta essa melhoria? Com uma política pública, por exemplo. Então nesse básico eu acho que a gente ainda sai com um déficit muito grande porque tem cadeira que deveria ser obrigatória, como por exemplo, “Gênero, Trabalho e Diversidade”, “Movimentos Sociais”, “Sociologia da Educação”, “Estado e Globalização”. São cadeiras que seriam muito importantes para nossa formação e a gente tem elas como optativas e nem sempre são ofertadas. Eu estou atrasada um ano no curso e o que mais pesou nesse atraso foi que o departamento não ofereceu disciplinas suficientes para alunos da noite, para que a gente consiga fechar a carga horária e concluir o curso. Então eu acho que no final das contas as optativas terminam te atrapalhando porque nem sempre as que são oferecidas pra gente agregam o conhecimento que deveriam agregar e às vezes rola dela não ser ofertada, de dar confusão e tal. (Dandara, entrevista realizada em 19/07/2018)*

Quanto ao déficit na oferta de componentes optativos, salientamos que a disciplina “Antropologia do Corpo e da Saúde”, que é uma das mapeadas que aborda de forma direta as relações de gênero, ainda não foi ofertada desde o início da vigência da atual matriz curricular. Devido ao baixo número de professores na área e as responsabilidades assumidas semestralmente pela docente que a criou, a disciplina não foi mais ofertada.

O componente optativo “História do Pensamento Político e Ocidental” (HPPO) está sendo ofertado neste semestre 2018.1 e desde o seu surgimento é ministrado pela mesma docente, que posiciona-se numa perspectiva antipatriarcal, do feminino e está sempre vin-





culando as discussões da disciplina às questões de gênero. Visualizamos um diálogo com as discussões propostas por esta disciplina e pela docente responsável quando Donna Wilshire (1997) apresenta uma abordagem que repensa a produção dos conhecimentos a partir da inclusão dos mitos e da mulher. Assim, a autora nos aponta que

*A história da civilização e da filosofia ocidentais só varia até o ponto em que cada era dá ênfase a alguns aspectos favorecidos, característicos; quanto ao conhecimento e sua aquisição, todas as eras nessa história têm em comum a explícita desvalorização da terra e do corpo – mais especificamente, o corpo da mulher, junto com formas de saber e estar no mundo associadas ao feminino. (WILSHIRE, 1997, p. 103).*

A disciplina HPPO aborda a questão do poder feminino desde a pré-história até Karl Marx. Dessa forma, a docente entrevistada coloca a necessidade de estarmos sempre historicizando os processos imbricados nas relações de poder. Além disso, a necessidade de a universidade, especialmente o curso de Ciências Sociais, estabelecer diálogos com outros saberes, como, por exemplo, os que trazem consigo as questões transcendentais.

Já o componente “Gênero, Trabalho e Diversidade”, como vimos, é totalmente dedicado à temática e começou a ser ofertado no ano de 2014, por ocasião de a UFRPE sediar o 18º encontro da Rede Regional Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e Relações de Gênero (REDOR<sup>47</sup>), aglutinando pesquisadoras/es da área. Desde então, o componente foi ofertado anualmente e tem atraído discentes que veem na disciplina uma das poucas com que se identificam:

*Escolhi cursar essa disciplina [...] porque eu sou LGBT, então [...] acabei enveredando pra esse lado do gênero e da sexualidade. A primeira coisa mesmo foi me identificar com a disciplina. [...] Essa foi uma das poucas disciplinas - acho que foi a única - que eu vi que [...] o enfoque era gênero e de alguma forma a sexualidade. (Jessé, entrevista realizada em 17/07/2018)*

Em relação a disciplina optativa “Sociologia da Vida Cotidiana”, mapeada na segunda matriz curricular, infelizmente não encontramos informações adicionais que pudessem contribuir com este trabalho. O docente que a criou e ministrou todas vezes já faleceu e não conseguimos encontrar antigos discentes que a cursaram.

<sup>47</sup> A REDOR foi criada no início da década de 1990 com o propósito de agrupar pesquisadoras/es que desenvolvem trabalhos na área de estudos sobre a mulher e relações de gênero no Norte e Nordeste brasileiro. Uma das coordenadoras da REDOR é docente do DECISO/UFRPE e foi a responsável pela criação da disciplina “Gênero, Trabalho e Diversidade”.





Identificamos três componentes entre as disciplinas obrigatórias do currículo anterior ao vigente, sendo um deles o “Sociologia do Trabalho e dos Recursos Humanos”, que, como vimos, previa a discussão sobre divisão sexual do trabalho no contexto do capitalismo contemporâneo. Na reformulação do PPC para o que está vigente houve uma atualização da disciplina, que passou a ser nomeada simplesmente “Sociologia do Trabalho<sup>48</sup>”. Segundo o docente responsável pela mudança, ela ocorreu porque havia um conflito entre a Sociologia do Trabalho e a Sociologia dos Recursos Humanos, sendo esta última uma sociologia voltada para o curso de administração, com abordagens do ponto de vista empresarial de lidar com conflitos. No entanto, nesta reformulação da ementa da disciplina, também houve a retirada do tema “divisão sexual do trabalho”, sobre a qual destacamos a fala do professor:

*Nessa segunda disciplina, nessa reformulação, a questão de gênero sempre foi importante. Eu sempre fui muito sensível a esse debate sobre gênero e aí termina que, embora não tenha na ementa, eu sempre buscava utilizar alguma autora que trouxesse essa abordagem, trouxesse a temática de gênero pra discutir com os estudantes no conteúdo programático. Então eu via algum aspecto da ementa que pudesse trazer pra pensar, ora um texto que fosse escrito por mulher mesmo ou texto que, escrito por mulheres, discutissem a questão de gênero. (Bruno, entrevista realizada em 27/07/2018)*

Importante salientar que o fato de não ter nas ementas de forma explícita os conteúdos de gênero, não quer dizer que estes não perpassem as discussões em outras temáticas presentes. Como exemplo, destacamos a forma como a disciplina “Sociologia do Trabalho” está sendo ministrada neste semestre 2018.1:

*Não tem na ementa, mas a gente colocou um tópico no plano de ensino, que é Economia Feminista. [...] E há uma boa bibliografia que discute a questão de gênero. [...] Tem muitos textos de mulheres na bibliografia. Tem mais mulheres do que homens. (Sebastião, entrevista realizada em 19/07/2018)*

Notamos na fala do docente que, mesmo não estando listadas na ementa da citada disciplina obrigatória, as questões relacionadas à gênero no mundo do trabalho foram inseridas no programa deste semestre. Sabemos que o ementário direciona os temas que serão trabalhados nas disciplinas e que existem perspectivas diferenciadas para trabalhar cada tema listado. Isso nos demonstra que, a depender do perfil pessoal da/o docente, os conteúdos podem ser priorizados ou não nos programas das disciplinas. Já para que os

<sup>48</sup> Componente curricular obrigatório do 4º semestre letivo, com carga horária de 60h.





conteúdos possam ser inseridos ou retirados das ementas, é preciso que haja reformulação curricular.

Outras disciplinas obrigatórias que mapeamos foram “Introdução à Sociologia”, “Teorias Antropológicas Clássicas” (na antiga e atual matriz), “Teorias Antropológicas Contemporâneas” (na antiga e atual matriz) e “Família e Parentesco”. Nas entrevistas pudemos notar recorrências nas falas acerca desses componentes, as quais elencamos na categoria pouca discussão de gênero nas disciplinas obrigatórias. Evidenciamos:

*Quem dá Introdução à Sociologia tem alguns manuais. Tem algumas autoras, mas é isso... Você tem os clássicos e os manuais que notadamente você trabalha com esses autores. (Sebastião, entrevista realizada em 19/07/2018)*

Na fala anterior, o docente que já ministrou uma disciplina da atual matriz justifica o porquê que se tem pouca discussão de gênero, já que, de acordo com a organização curricular, neste momento introdutório é preciso enfatizar os clássicos e manuais. No entanto, cada vez mais temos tido acesso aos estudos que mostram mulheres como pioneiras nas ciências, sendo que ao mesmo tempo suas histórias foram e são invisibilizadas nos manuais clássicos das disciplinas. Não só invisibilizadas nos manuais clássicos. Algumas autoras que tiveram maior destaque na história também foram excluídas das bibliográficas básicas de algumas das nossas disciplinas. A título de exemplo, podemos citar a antropóloga clássica Margareth Mead, que já trazia nos seus estudos de então o interesse pelas mulheres e não tem mais suas obras listadas no atual currículo do curso.

A discente Margarida, que concluiu o curso na antiga matriz curricular, ressalta outras problemáticas que ocorreram durante todo o período de sua formação, onde cursou as disciplinas obrigatórias mapeadas:

*[A discussão de gênero nessas disciplinas] sempre foi de forma muito precária e algumas vezes até machista, principalmente na disciplina do professor X, extremamente machista. Não contribui em nada com o debate, muito pelo contrário. Contribui só para perpetuar questões do senso comum e até machista. [...] Quem quis estudar gênero nesse período de 2009/2010 ficou meio perdida. Tanto que eu comecei a estudar sozinha mesmo, em casa. [...] Foi uma formação bem precária nesse sentido. [...] Se alguém, pelo menos que estudou comigo, queria saber qual era o conceito de gênero, em sala de aula não aprendeu. (Margarida, entrevista realizada em 02/08/2018)*





Diante da fragilidade exposta, é salutar a preocupação com a formação de quem ministra as disciplinas que preveem em suas ementas de alguma forma as discussões de gênero, afim de que as/os discentes que as estão cursando não esbarrem em discursos retrógrados, preconceituosos, que não levam em consideração as diversidades identitárias e que não contribuem para a formação em questão, assim fazendo com que de nada adiante incluir o debate de gênero nas disciplinas do curso. Sobre isso, Santos (2011) traz uma importante reflexão:

*[...] estudantes de grupos minoritários (étnicos ou outros) entram na universidade e verificam que a sua inclusão é uma forma de exclusão: confrontam-se com a tábua rasa que é feita das suas culturas e dos conhecimentos próprios das comunidades donde se sentem originários. Tudo isso obriga o conhecimento científico a confrontar-se com outros conhecimentos e exige um nível de responsabilização social mais elevado às instituições que o produzem e, portanto, às universidades. (SANTOS, 2011, pp. 43-44)*

Indagadas/os sobre a importância de maior presença de autoras mulheres nas bibliografias básicas do curso, todas/os entrevistadas/os foram unânimes em apontar esta necessidade. Porém, houveram ressalvas:

*A essência está na discussão. Também você às vezes inclui mulheres que pensam dentro dessa concepção. Reproduz o sistema dominante. [...] Diria alguma coisa qual a linha de pensamento e como ela vem trabalhando. [...] Não é colocar por colocar, mas é colocar para desnaturalizar formas de dominação e exploração historicamente que vêm sendo referendadas por um pequeno grupo, uma pequena elite. (Sebastião, entrevista realizada em 19/07/2018)*

Nesta mesma linha de raciocínio também segue o depoimento de uma discente formada na antiga matriz curricular:

*É importante que se traga textos de mulheres para dentro do curso. Também é interessante que esse conhecimento das mulheres esteja também quebrando o conhecimento que existe que tem um teor masculino, que tem a leitura masculina. É difícil, a gente tá engatinhando pra quebrar porque o conhecimento é masculino. A forma de produzir é masculina. [...] Então fazer com que o conhecimento seja produzido de forma diferente. (Betânia, entrevista realizada em 23/07/2018)*

A mesma observação se repete em outras falas, inclusive a de mais um docente:





*A questão muitas vezes não é colocar a autora mulher. Ao ser mulher ela pode não estar discutindo o elemento gênero. Por outro lado, eu acredito que por ser mulher, aquilo que ela tá tratando é tratado de forma diferente. Dá um outro viés, talvez, pra coisa. (Bruno, entrevista realizada em 27/07/2018)*

A recorrência dessas ressalvas nas falas das/os entrevistadas/os converge com a nossa abordagem, de que é preciso, além de problematizar a invisibilidade das autoras mulheres nos nossos currículos, também atentar para uma diversidade de questões, como por exemplo, quais são os discursos que os seus conhecimentos carregam, de que parte do mundo elas falam, se as suas discussões abordam ou não as questões de gênero, se as obras utilizadas trazem discussões recentes etc.

A quarta categoria que elencamos foi a necessidade de mais professoras mulheres e ela esteve visível nas falas de algumas/ns discentes entrevistadas/os como forma de melhorias para o curso em relação à inclusão de gênero:

*[Inclusão de] mais professoras, principalmente na área de Política. [...] Na área de incentivo à pesquisa também. [...] No nosso curso, pelo menos, vejo muitos homens fazendo parte disso, mas vejo poucas mulheres fazendo parte. [...] Sei que tem várias, mas acho que pesa muito pro lado dos homens. (Jessé, entrevista realizada em 17/07/2018)*

A sugestão também foi colocada por outra estudante:

*Talvez se olhar um pouco para a quantidade de professoras mulheres no curso, as cadeiras que elas dão. [...] Pra uma questão de diversificar olhares mesmo. (Verônica, entrevista realizada em 17/07/2018)*

Sabemos que na contemporaneidade houve ampliação do acesso das mulheres às universidades, estando elas cada vez mais ocupando a categoria de docente no nível superior. No entanto, ainda nos deparamos com a maioria de homens ocupando esses cargos. (PASSOS, 1997).

Como dito, o Departamento de Ciências Sociais (DECISO) apresenta em seu quadro 33 docentes, que são responsáveis por ministrar disciplinas não só no curso de Ciências Sociais, como também em outras graduações da UFRPE. Tomando como indicador a quantidade de mulheres docentes, chegamos ao número 14, porém neste semestre apenas oito delas





estão ministrando disciplinas no curso de Ciências Sociais.

É significativo mencionar que, atualmente, mulheres docentes do DECISO estão ocupando as funções de direção, coordenação e vice-coordenação do curso e a chefia da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG). Além disso, cabe salientar que desde 2011 a UFRPE tem como reitora a primeira mulher eleita para ocupar esta função em uma instituição federal de ensino superior em Pernambuco. Mesmo com esses avanços das mulheres ocupando funções de liderança, ainda nota-se muita discriminação em relação à gênero na UFRPE e foi o que fez chegarmos à nossa quinta categoria de discussão.

Quanto à categoria discriminação em relação à gênero no âmbito da universidade, é importante visibilizar que as opressões de gênero materializam-se de diferentes formas. Destacamos algumas delas:

*Mulher que tem aula com o professor X é triste. E é aquela coisa muito sutil, muito velada, em forma de piadinhas, de brincadeirinhas, sabe? É muito sutil... Outro professor uma vez me deixou muito constrangida numa situação que eu tava com uma saia e ele falou “nossa, como sua saia está curtíssima! sua saia é de criança” e não parava de olhar para as minhas pernas. (Dandara, entrevista realizada em 19/07/2018)*

Antes do início de cada semestre letivo ocorrem reuniões das áreas que compõem o DECISO para distribuição entre as/os docentes das disciplinas que serão ofertadas naquele período. A distribuição ocorre de acordo as afinidades das/os docentes, temas de interesse e experiências em relação a elas. Uma das falas relata atitudes discriminatórias numa dessas reuniões:

*“Ah! É preciso [ofertar] essa disciplina [...] e essa turma é muito pesada. Não vamos colocar pra fulana, não, senão vai matar a mulher.” Então assim, [...] evidencia que praquela serviço ela não é capaz de suportar. [...] “Aqueles alunos são terríveis e [...] só a força masculina será capaz de enquadrá-los.” [...] É ilusão você acreditar que por ser um espaço que teoricamente as pessoas são mais esclarecidas... Somos extremamente conservadores e isso no curso de Ciências Sociais. (Sebastião, entrevista realizada em 19/07/2018)*

Dissemos alhures que o curso de Ciências Sociais surgiu no âmbito do Departamento de Letras e Ciências Humanas (DLCH). Houve relato de que na época do surgimento do curso já havia perseguição contra docentes mulheres:





*Onde eu fui mais discriminada, tirando a Igreja, foi nesse departamento quando eu entrei. [...] Fui triplamente discriminada: por ser mulher, ser mãe e gramsciana. (Silvia, entrevista realizada em 26/07/2018)*

Compreendemos que a universidade pública está focada no tripé ensino, pesquisa e extensão, portanto é significativo mencionar que na referida graduação já existiram alguns projetos de extensão e existem grupos de estudos/pesquisas que estão de alguma forma relacionados aos estudos de gênero. Porém, as discussões ainda são muito tímidas nas abordagens das disciplinas, que a grosso modo, não podemos esquecer, são a base da formação da/o cientista social.

### **Considerações finais**

Este trabalho se mostrou pretensioso no sentido de provocar reflexões para que haja maior inclusão das mulheres autoras e conteúdos relacionados às questões de gênero na formação em Ciências Sociais da UFRPE. Partindo de inquietações pessoais que tiveram início em sala de aula, enquanto aluna da graduação, procurou-se demonstrar através do referencial teórico e das coletas de dados como e o porquê os espaços ocupados pelas mulheres autoras e conteúdos relacionados às questões de gênero são reduzidos.

A análise dos Projetos Pedagógicos do Curso (PPCs) nos proporcionou uma visão panorâmica e histórica acerca do que foi evidenciado em termos de formação nos diferentes momentos do curso de Ciências Sociais da UFRPE. Percebe-se que ao longo da história houve uma crescente sensibilidade em relação à inclusão das questões de gênero e autoras mulheres. No entanto, os dados apresentados mostram que as autoras continuam sendo invisibilizadas e que as discussões de gênero ainda não estão propostas de forma consistente no currículo.

Desse modo, podemos refletir também sobre como a UFRPE, especificamente no seu curso de Ciências Sociais, está dialogando com as demandas existentes na sociedade em relação à inclusão das mulheres e do debate sobre gênero. Assim chegamos aos resultados das entrevistas, que também mostraram como as desigualdades de gênero são reproduzidas no ambiente acadêmico e qual a importância de aprofundarmos essas questões, inclusive passando a não ignorar saberes científicos que foram e são produzidos pelas mulheres.

Como salientamos alhures, é louvável a atuação dos projetos de extensão e dos grupos de estudos/pesquisas que incorporam as questões de gênero. Importante também destacar que a cada semestre ao menos um dos trabalhos de conclusão de curso tem como recorte a temática de gênero. Porém, a escassez da discussão corporificada no currículo gera de-





ficiências não só na formação básica de todas/os, como no aprofundamento das análises de quem deseja se dedicar às temáticas.

Um PPC não se acaba em si, ele está em constante avaliação pelas comissões para que possa passar por modificações. Diante disto, cabe não perder de vistas que o curso de Ciências Sociais tem muito a contribuir com a universidade e os seus papéis sociais. Já não há mais desculpas cabíveis para não incorporar as autoras mulheres e o debate sobre gênero, com o qual todas e todos são incluídas/os.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 1979.

BIROLI, Flávia. A Família Moderna. In: \_\_\_\_\_. **Família: Novos Conceitos**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014. pp. 07-23.

COSTA, Sérgio. Desprovincializando a sociologia: a contribuição pós-colonial. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, vol. 21, n. 60, p. 117-134, fev. 2006. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092006000100007>>. Acesso em: 13 dez. 2017.

HARAWAY, Donna. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 22, p. 201-246, jan./jun. 2004. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332004000100009>>. Acesso em: 11 fev. 2018.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Revista Currículo sem Fronteiras**. Minas Gerais, v. 12, n. 1. p. 98-109, jan./abr. 2012. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol12iss1articles/gomes.pdf>>. Acesso em: 13 fev. 2018.

LEÃO, Renata Sá Carneiro (Org.). **O livro dos 100 anos: memorial fotográfico da UFRPE**. Recife: UFRPE, 2013.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. (Coleção Educação pós-crítica).

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. **CODESRIA Gender Series**. vol. 1, Dakar, CODESRIA, p. 1-10. 2004. Disponível em: <[https://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/oy%C3%A8r%C3%B3nk%C3%A9\\_oy%C4%9Bw%C3%B9m%C3%AD\\_-\\_conceitualizando\\_o\\_g%C3%AAnero.\\_os\\_fundamentos\\_euroc%C3%AAntrico\\_dos\\_conceitos\\_feministas\\_e\\_o\\_desafio\\_das\\_epistemologias\\_africanas.pdf](https://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/oy%C3%A8r%C3%B3nk%C3%A9_oy%C4%9Bw%C3%B9m%C3%AD_-_conceitualizando_o_g%C3%AAnero._os_fundamentos_euroc%C3%AAntrico_dos_conceitos_feministas_e_o_desafio_das_epistemologias_africanas.pdf)>. Acesso em: 11





fev. 2018.

PASSOS, Elizete Silva (Org.). **Um mundo dividido: o gênero nas Universidades do Norte e Nordeste**. Salvador: UFBA, 1997.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. 3. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. Entre Próspero e Caliban: colonialismo, pós-colonialismo e interidentidade. **Revista Novos Estudos**. São Paulo, n. 66, p. 23-52, jul. 2003. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/137792358/Sousa-Santos-Entre-Prospero-e-Caliban>>. Acesso em: 12 fev. 2018.

\_\_\_\_\_.; NUNES, João Arriscado; MENESES, Maria Paula G. Para ampliar o cânone da ciência: a diversidade epistemológica do mundo. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Semear outras soluções: Os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais**. Porto: Afrontamento, 2004. pp. 19-101.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>>. Acesso em: 11 fev. 2018.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

STRATHERN, Marylin. Um lugar no debate feminista. In: \_\_\_\_\_. **O Gênero da Dádiva**. Campinas: UNICAMP, 2006. cap. 2, pp. 53-77.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO. Coordenação do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais. **Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais**. Recife, 2012.

WILSHIRE, Donna. Os usos do mito, da imagem e do corpo da mulher na re-imaginação do conhecimento. In: JAGGAR, Alisson M.; BORDO, Susan R. **Gênero, corpo, conhecimento**. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Ventos, 1997. pp. 101-125.





### **PARTE 3: RELAÇÃO COM OUTROS CURSOS DA UFRPE**